



Amparo jurídico da pessoa idosa

Nomes ;

- *Ana Vitória Reversi Nascimento
- *Davi Fonseca de Castro
- *Gabriele Aparecida Jovino de Araújo
- *Giselli dos Santos Silva
- *Karina dos Santos
- *Ludmilla de Fátima Ferreira
- *Marco Aurélio Belinato Hattge
- Pollianna Mesquita de Moraes

* Ana Vitória Reversi Nascimento, Bacharelada do Curso de Direito, do 3º Semestre da Faculdade Unifama.
* Davi Fonseca de Castro, Bachalando do Curso de Direito, 1º Semestre da Faculdade Unifama.
* Gabriele Aparecida Jovino de Araújo, Bacharelada do Curso de Direito, 3º Semestre da Faculdade Unifama.
* Giselli dos Santos Silva, Bacharelada do Curso de Direito, 1º Semestre da Faculdade Unifama.
* Karina dos Santos Polak, Bacharelada do Curso de Direito, 3º Semestre da Faculdade Unifama.
* Ludmilla de Fátima Ferreira, Bacharelada do Curso de Direito, 3º Semestre da Faculdade Unifama.
* Marco Aurélio Belinato Hattge, Bachalando do Curso de Direito, 2º Semestre da Faculdade Unifama.

Resumo

Este artigo apresenta uma ação extensionista voltada à orientação jurídica da pessoa idosa, realizada em uma unidade de saúde do município de Nova Mutum–MT. O objetivo foi promover o conhecimento sobre os direitos garantidos pelo Estatuto da Pessoa Idosa, pela Constituição Federal e pela Política Nacional do Idoso. Utilizou-se metodologia de pesquisa bibliográfica e intervenção educativa por meio de roda de conversa e distribuição de materiais informativos. A atividade permitiu esclarecer dúvidas, ampliar o acesso à informação e fortalecer a cidadania dos participantes.

Palavras-chave: Pessoa idosa; Direitos da pessoa idosa; Cidadania; Saúde; Extensão universitária.

Abstract

This article presents an extension activity focused on legal guidance for older adults in Nova Mutum, Brazil. The project aimed to disseminate information about rights guaranteed by Brazilian legislation. The methodology combined bibliographic research and an educational intervention through a discussion group and distribution of informative materials. The action contributed to increasing participants' knowledge and awareness of their rights.

Keywords: Older person. Rights of older persons. Citizenship. Health. University extension.

1. Introdução

O envelhecimento populacional brasileiro tem aumentado a necessidade de políticas públicas e mecanismos de proteção jurídica destinados à pessoa idosa. A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Pessoa Idosa e a Política Nacional do Idoso asseguram direitos fundamentais relacionados à saúde, dignidade, participação social e proteção contra violência e negligência. Entretanto, muitos idosos ainda desconhecem esses direitos, o que dificulta sua efetivação.

2. Fundamentação Teórica

A legislação brasileira estabelece ampla proteção à pessoa idosa. O Estatuto da Pessoa Idosa garante prioridade no atendimento, acesso à saúde, transporte, assistência social e mecanismos de denúncia. Além disso, a Constituição Federal atribui à família, à sociedade e ao Estado a responsabilidade pela proteção e promoção do bem-estar da população idosa.

3. Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, de natureza qualitativa, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e ação extensionista. Inicialmente, realizou-se levantamento de literatura e legislação pertinente ao tema. Posteriormente, foi promovida uma roda de conversa em uma unidade de saúde de Nova Mutum–MT, com exposição dialogada dos principais direitos da pessoa idosa e distribuição de panfletos informativos.

4. Desenvolvimento, Resultados e Discussão

A intervenção permitiu apresentar aos participantes informações sobre direitos relacionados à saúde, assistência social, prioridade de atendimento e canais de denúncia. Durante a atividade, observou-se interesse dos idosos em esclarecer dúvidas sobre benefícios e formas de proteção jurídica. A discussão evidenciou que o acesso à informação é um fator essencial para o exercício da cidadania e para a prevenção de situações de violência, negligência e exclusão social. Os resultados demonstram que ações educativas desenvolvidas pela universidade contribuem para aproximar o conhecimento jurídico da comunidade.

5. CONCLUSÃO

Considerando que a intervenção foi efetivamente realizada, conclui-se que a ação extensionista alcançou seu objetivo de promover orientação e conscientização sobre os direitos da pessoa idosa. A atividade favoreceu a disseminação de informações relevantes e reforçou a importância da educação em direitos como instrumento de fortalecimento da cidadania. Recomenda-se a continuidade de iniciativas semelhantes para ampliar o alcance das informações e contribuir para a proteção da população idosa.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto da Pessoa Idosa.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Política Nacional do Idoso.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento.